

Francinete de Jesus Pantoja Quaresma*

francidejesuspq@yahoo.com.br

Marília de Nazaré de Oliveira Ferreira**

marilia@ufpa.br

*Francinete de Jesus Pantoja Quaresma é mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Pará. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará.

**Marília de Nazaré Ferreira Silva é professora do Instituto de Letras e Comunicação da Universidade Federal do Pará vinculada à Faculdade de Letras e ao Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) dessa Universidade. Tutora do PET Letras/UFPA desde 2010 e Coordenadora do PPGL desde julho de 2011.

Resumo: Este trabalho busca especificar características peculiares à educação indígena e à Educação Escolar Indígena. Nosso objetivo primeiro não é apresentar as diferenças entre as duas formas educativas mencionadas, mas enfatizar que, mesmo constituindo-se em modos distintos de processo educativo, a educação indígena e a Educação Escolar Indígena podem se complementar, a fim de tornar a educação escolar em comunidades indígenas uma educação específica e diferenciada, em que saberes científicos valorizados pelas sociedades em geral e saberes tradicionais valorizados pelos indígenas sejam objetos de estudo em escolas indígenas. A metodologia empregada para a realização deste estudo consistiu na pesquisa bibliográfica da literatura das áreas da Linguística e da Educação. Nossa fundamentação teórica é pautada em estudos de Simas e Pereira (2010); Mandulão (2003); Grupioni (2006); Zóia (2011); RCNEI (1998); Rodrigues (1986; 2003), dentre outros nomes significativos.

Palavras-chave: Educação indígena – Educação Escolar Indígena – Educação para indígenas – Línguas indígenas – Perda linguística.

Abstract: We try to specify specific characteristics of indigenous education and of the Indigenous School Education system. Our first purpose is not to present the differences between the two educational systems mentioned but to emphasize that indigenous education and Indigenous School Education can be complementary, even though both constitute two different educational systems. This complementarity is taken so as to establish a specified and differentiated school education in indigenous communities, in which scientific knowledge valued by general communities and traditional knowledge valued by Indians be study subject at indigenous schools. The methodology used to carry out this study was bibliographical literary research in Linguistics and Education. Our underlying theoretical bases are studies from Simas and Pereira (2010); Mandulão (2003); Grupioni (2006); Zóia (2011); RCNEI (1998); Rodrigues (1986; 2003), and other important names.

Key-words: Indigenous education – Indigenous school education system – Education for indigenous – Indigenous languages – Linguistics losses.

Introdução

A educação é um processo realizado por todas as sociedades humanas, cada uma age educando seus indivíduos de acordo com sua concepção de mundo, com seus valores e crenças. Algumas sociedades a realizam de modo informal e por meio de métodos empíricos, outras preferem realizá-la de modo formal, dentro de escolas, com local, dia e hora marcada, há, ainda, sociedade que educa seus membros conciliando os dois modos mencionados.

Em se tratando de povos indígenas no Brasil, observa-se que o contato dos nativos com os colonizadores europeus transformou a forma de esses povos conceberem sua educação. Hoje a educação formal e a educação informal são realizadas paralelamente e quase com igual importância dentro de muitas comunidades indígenas, sobretudo dentro daquelas que mantêm maior contato com não-índios. Os dois modos de educar aos quais nos referimos somam suas funções vindo a contribuir para a formação de um ser crítico. Dentro do contexto educacional indígena, a educação informal é chamada de educação indígena e a formal, de Educação Escolar Indígena. Para uma melhor compreensão daquilo em que consiste cada uma delas é preciso distingui-las, mostrando as especificidades e características que cada uma possui.

A educação escolar para povos indígenas tem sido, nos últimos anos, um tema bastante explorado, devido à diversidade pedagógica e cultural desses povos. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas – RCNEI (1998) existem hoje cerca de 180 línguas indígenas, 150 para Moore, Galúcio e Gabas Jr. (2008), aqui observamos o intervalo de uma década entre um trabalho e outro. Porém, apesar da discordância dos números de línguas indígenas existentes na atualidade, o que se tem como certo é que ainda há uma diversidade muito rica, e isso chama a atenção de estudiosos para o assunto.

Contudo, se a educação escolar para indígenas está sendo tema de muitos trabalhos e pesquisas, a educação indígena ainda continua sendo um espaço pouco explorado. São raros os artigos encontrados sobre o assunto, o que nos causa espanto e, ao mesmo tempo, desperta nosso interesse por esse que é um tema rico e complexo.

Dessa forma, este trabalho pretende discutir sobre o modo próprio de educar dos indígenas praticados ao longo dos séculos via tradição oral. Buscaremos diferenciar essa prática tradicional de ensino das práticas desenvolvidas e aplicadas

no contexto de educação escolar indígena e enfatizar que tanto a educação indígena quanto a educação escolar indígena se constituem em dois modos de educar diferentes. Esses modos não precisam estar em lados opostos, mas complementando-se para que a educação escolar venha se constituir, de fato, em uma educação específica e diferenciada, em que saberes científicos valorizados pelas sociedades em geral e saberes tradicionais valorizados pelos indígenas sejam objetos de estudo em escolas indígenas.

Dada a importância do assunto em questão, essa temática está sendo tratada no capítulo I de nossa dissertação de Mestrado intitulada "Análise de livros didáticos bilíngues para o ensino da língua mēbêngôkre", desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Letras – Linguística, na Universidade Federal do Pará, a fim de apresentarmos à comunidade acadêmica informações a esse respeito. Para desenvolvermos este estudo realizamos pesquisa bibliográfica para levantamento da literatura em questão. Nossas reflexões são respaldadas em contribuições de Simas e Pereira (2010); Mandulão (2003); Grupioni (2006); Zóia (2011); RCNEI (1998); Rodrigues (1986; 2003), dentre outros nomes significativos da área da Linguística e da Educação.

1. Povos indígenas do Brasil: uma história marcada por perdas

A história dos povos indígenas em terra brasileira é marcada pela imposição, desigualdade, preconceito, intolerância e estigmatização. Essas foram as relações estabelecidas entre esses povos e os outros segmentos da sociedade nacional desde o período colonial até a atualidade. Ressalta-se que hoje essas formas de relações estão sendo aos poucos enfraquecidas e substituídas por outras, dado que as legislações que asseguram direitos aos povos indígenas não permitem mais ações discriminatórias ou de qualquer outra natureza voltadas aos povos nativos.

Foram inúmeras perdas ao longo da colonização e dos primeiros anos do Estado brasileiro enquanto nação. Dentre elas, destaca-se como uma das mais agressivas e significativas a perda linguística, haja vista que essa traz, como consequência, perdas culturais e identitárias, por exemplo.

Segundo Rodrigues (1986, p. 19), "é provável que, na época da chegada dos primeiros europeus, (...) o número das línguas indígenas fosse o dobro do que é hoje". A extinção de muitos povos indígenas ocasionou a redução das suas respectivas

línguas e culturas, o desaparecimento dos povos que falavam essas línguas, por sua vez, deu-se

em consequência das campanhas de extermínio ou de caça a escravos, movidas pelos europeus e por seus descendentes e prepostos, ou em virtude das epidemias de doenças contagiosas do Velho Mundo, deflagradas involuntariamente (em alguns casos voluntariamente) no seio de muitos povos indígenas; pela redução progressiva de seus territórios de coleta, caça e plantio e, portanto, de seus meios de subsistência, ou pela assimilação, forçada ou induzida, aos usos e costumes dos colonizadores (RODRIGUES, 1986, p. 19).

Rodrigues (2003) estima que só na Amazônia brasileira havia 700 línguas indígenas antes da penetração europeia. Se esse número representa de fato uma aproximação da realidade amazônica daquela época, isso significa dizer que mais da metade das línguas indígenas existentes antes da colonização europeia em terra brasileira se perdeu. Para Rodrigues (2003), apesar da redução quantitativa ainda é possível afirmar que a Amazônia, na atualidade, continua sendo uma das regiões de maior diferenciação linguística do mundo, com mais de 50 famílias linguísticas.

A perda linguística dentro do contexto indígena constitui-se como uma das mais significativas porque, além de afetar a diversidade linguística, também envolve outros aspectos sociais como cultura e identidade. Pressupõem-se que língua, cultura e identidade estão atreladas no conjunto social de uma dada comunidade linguística; quando um desses elementos é afetado, os outros também o são. Em outras palavras, a cultura de uma dada sociedade é expressa por meio da língua, essa por si só já é um elemento cultural; se a língua desaparece, torna-se difícil aos participantes dessa sociedade expressar suas formas culturais, pensamentos, filosofias, etc., podendo esses elementos virem a se perder com o tempo. Quando impuseram a língua portuguesa como língua oficial, os colonizadores contribuíram para a destruição dos povos indígenas e da diversidade linguística no Brasil.

O propósito dos colonizadores europeus e, posteriormente, do Estado brasileiro era formar uma cultura hegemônica, a estratégia para isso consistiu na “civilização” do indígena segundo os moldes europeus. Vistos como povos inferiores, pois suas línguas não conheciam um sistema de escrita alfabética, ou seja, eram línguas ágrafas, os indígenas foram submetidos a instrução em uma instituição até então desconhecida por eles, a escola. Mas o que havia por traz da civilização e da instrução escolar era a formação de mão de obra para os trabalhos braçais que precisavam ser desempenhados inicialmente no Brasil colônia.

A escola que foi pensada para os indígenas nasceu a serviço da unificação da cultura de acordo com o modelo dos dominantes, da dita civilização do indígena e da conversão religiosa desse ao catolicismo.

A educação escolar, como instituição, surge para os indígenas a partir do contato. Os povos indígenas sempre tiveram seus mecanismos próprios de transmitir conhecimentos às crianças e de socializarem-se, sem precisar passar por salas de aula e por um professor para educarem seus membros. A educação escolar chegou para esses povos como uma realidade desconhecida, imposta, como algo com que eles tiveram que aprender a conviver. As particularidades da educação indígena e da educação escolar indígena serão tratadas no próximo segmento deste trabalho.

2. Educação indígena e educação escolar indígena

Segundo o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE (2004), os indígenas que habitavam a terra brasílica desconheciam a instituição escola, porém conheciam formas próprias de reprodução de saberes desenvolvidos e transmitidos por meio da tradição oral, em seus idiomas próprios, sem precisar da escrita alfabética, ou seja, cada sociedade indígena possuía e ainda possui um processo próprio pelo qual internalizava em seus membros um modo particular de ser, de garantir sua sobrevivência e sua reprodução.

De acordo com o Parecer 14/99 do Conselho Nacional de Educação, a educação indígena "diz respeito ao aprendizado de processos e valores de cada grupo, bem como aos padrões de relacionamento social introjetado na vivência cotidiana dos índios com suas comunidades" (BRASIL, 1999 *apud* BRASIL, 2007, p.94).

Os indígenas olham o mundo e os fatos da vida de um modo particular, por isso sua filosofia de educação sobre os processos e as condições de transmissão da cultura, sobre a natureza dos saberes ensinados e sobre as funções sociais da educação se constituía de modo muito diferente da filosofia educacional adotada pelos não-índios. Para o indígena, a figura do professor era totalmente dispensável, haja vista que qualquer indivíduo adulto da comunidade poderia ser um agente de educação, daí a educação indígena ser vista como um processo em que os membros da comunidade socializam as novas gerações, no intuito de dar continuidade aos valores e instituições considerados fundamentais para o grupo. Dentro desse processo, de acordo com o professor Macuxi, Fausto Mandulão (2003, p. 131), "os mais velhos sempre tiveram um papel muito importante na transmissão dos

conhecimentos aos mais jovens. São eles os responsáveis pelo relato das histórias antigas, das restrições de comportamento, das nossas concepções de mundo, etc”.

Os mais velhos são a memória viva da comunidade, a voz da experiência; sua missão dentro das sociedades indígenas consiste em explicar às crianças os conhecimentos do seu povo, a fim de que sua cultura continue a ser propagada de uma geração à outra, por isso os anciãos são bastante respeitados por todos dentro da comunidade. Nas palavras de Daniel Munduruku

O conhecimento na sociedade indígena é dominado pelos mais velhos. Mesmo que uma pessoa saiba todas as coisas sobre o seu povo, sobre a sua tradição, se houver alguém mais velho presente naquele espaço, é de direito que o mais velho responda o que lhe foi perguntado (MUNDURUKU, 2000, p. 92 *apud* SIMAS; PEREIRA, 2010, p. 6).

A educação indígena também não se limitava ao espaço escolar, isto é, à sala de aula, nem ocorria em situações artificiais, pois era possível aprender algo em qualquer tipo de relação social. A educação indígena é construída diariamente, em coletividade, com a participação de todos os integrantes da comunidade, ou seja, os povos indígenas partiam do princípio de que todos educam todos em qualquer situação do cotidiano.

Assim, a criança era socializada tanto pela família quanto pelas relações diárias da aldeia. Toda e qualquer situação cotidiana servia de cenário para se aprender; até mesmo quando a criança utilizava-se de um brinquedo, ela estava em situação de aprendizagem, visto que “os seus brinquedos são miniaturas dos instrumentos que posteriormente ela irá utilizar em sua vida de adulto” (MANDULÃO, 2003, p. 131).

Segundo Mandulão, a criança indígena aprende fazendo, experimentando e imitando os adultos. Nesse sentido, o autor afirma que “a forma de ensinar nas comunidades indígenas tem como princípios inseparáveis a construção do ser, pela observação, pelo fazer, testado dentro de um contexto real” (2003, p. 131). Isso permite dizer que a educação indígena é realizada de modo empírico. As atividades que lhes são ensinadas estão de acordo com o sexo e a idade física e cognitiva.

Outro cenário importante na educação indígena ocorre nos ritos quando um indígena passa de uma faixa etária para outra, por exemplo, tornando-se adulto: “Os ritos de iniciação à vida adulta comprovam que a criança indígena aprendeu tudo que precisava para viver na sua sociedade e ser um bom membro da mesma” (SIMAS; PEREIRA, 2010, p. 6).

De acordo com o autor indígena Gersem dos Santos (2006 *apud* SIMAS; PEREIRA, 2010, p. 6), o processo educativo indígena ocorre durante todo ciclo de vida de um indígena, sendo os principais momentos dessa trajetória: a) a vida antes do nascimento, quando os pais adotam posturas para influenciar o comportamento que a criança vai ter na vida adulta; b) o nascimento, que é sempre um momento de celebração e confraternização entre os familiares; c) a passagem da vida de criança à vida adulta, marcada pelo ritual de iniciação; d) a vida madura, quando o indígena adulto ensina tudo que aprendeu aos mais novos.

Daniel Munduruku (2000 *apud* SIMAS; PEREIRA, 2010, p. 7) acrescenta mais dois aspectos característicos da educação indígena: o reforço à identidade e a importância do sonho nos processos educativos. Para Munduruku, saber quem você é consiste no primeiro passo para o respeito ao outro, respeito esse que nasce primeiramente pelo respeito a si próprio; daí a importância do indígena ressaltar sua história e seus valores para os mais novos, mantendo um eterno vínculo com o passado, que, por sua vez, é a herança da pessoa e a certeza de sua identidade. Quanto ao universo dos sonhos, percebe-se também que esse elemento possui uma importância muito grande para a formação do indígena, pois, de acordo com o autor, sonhar é um exercício de liberdade do espírito. Assim, educar é fazer o indígena sonhar.

Melià (1979, p. 25 *apud* SIMAS; PEREIRA, 2010, p. 9) sintetiza a natureza dos conhecimentos transmitidos na educação indígena, esses conhecimentos organizam e orientam seu processo pedagógico. São eles: a) conhecimento para o homem controlar a natureza; b) conhecimento para o homem se relacionar consigo mesmo e com os outros; c) conhecimento para o homem se relacionar com o sagrado. São conhecimentos necessários que se refletem na vida em grupo, na vida familiar, na manutenção de suas atividades econômicas, religiosas, políticas, na preservação de seus costumes e de sua identidade.

Hoje a educação indígena divide o espaço dentro das sociedades nativas com a Educação Escolar Indígena que, como o próprio nome sugere, trata-se de processos educativos desenvolvidos dentro da instituição escola.

Com a chegada dos colonizadores, os povos indígenas conheceram uma outra filosofia educacional, bem diferente daquela que eles praticavam. Dentre os aspectos marcantes que diferenciavam essa filosofia do processo pedagógico praticado pelos indígenas destacam-se: a presença de um professor para instruir o educando e o limite espacial da escola e da sala de aula. Essas características que compõem a

educação escolar, assim como a filosofia de educação trazida pelos europeus, a princípio apresentaram-se como um choque para os indígenas. Como se não bastassem essas diferenças, a educação escolar surgia dominante e impositiva, totalmente descontextualizada da realidade sociocultural vivenciada pelos povos indígenas em terra brasílica.

Segundo Grupioni (2006, p. 43), a escola chegou para os indígenas impondo-se por meio de diferentes modelos e formas, cumprindo objetivos e funções diversas. Ela sempre esteve presente ao longo de toda história de relacionamento de povos indígenas com representantes do poder colonial e, posteriormente, com representantes do Estado-nação.

A primeira fase da educação escolar para indígenas e da Educação Brasileira inaugurou-se em 1546 com a chegada dos Padres Jesuítas. Esses, segundo Simas e Pereira (2010, p. 4), assumiram sozinhos a educação escolar por 210 anos, até sua expulsão pelo marquês de Pombal em 1759. Uma década depois, implantou-se o ensino público oficial.

Os Jesuítas tinham como objetivos principais implantar o poder da Igreja, defendendo e propagando a fé por meio da catequese, e servir aos interesses da Coroa Portuguesa, unificando língua e cultura para que, sob o domínio português, os índios fossem explorados mais facilmente como mão de obra barata. Assim, é possível afirmar que as primeiras experiências escolares dos povos indígenas em território brasileiro ocorreram em um contexto em que o poder político e econômico estava associado ao poder evangelístico, ou seja, a escola apresentada para os índios era missionária e civilizatória.

A imposição de modelos educacionais alheios à filosofia educativa dos povos indígenas seria uma estratégia para acabar com a diversidade linguística e cultural em terra brasileira. Na escola para indígenas, transmitiam-se os conhecimentos valorizados pela cultura europeia, ensinava-se exclusivamente a língua portuguesa e se usava a língua indígena apenas para traduzir vocabulários da língua portuguesa, facilitando o processo de aprendizagem.

Dentre os diferentes modelos escolares introduzidos pelos Jesuítas nas comunidades indígenas, destacam-se o internato, as escolas criadas dentro das aldeias e o bilinguismo de transição. O internato formava um índio marginalizado, excluído das duas culturas instaladas em terra brasílica, a europeia e a indígena, pois, mesmo dominando valores europeus, esse índio não era um branco e, ao ser aculturado, não era mais reconhecido como nativo. As escolas criadas nas aldeias

invadiram o espaço indígena com seus professores não-índios. Esses eram assistidos por indígenas falantes da língua portuguesa que lhes serviam de tradutor para que o conhecimento europeu fosse transmitido à comunidade. Nesse modelo praticava-se estrategicamente um bilinguismo de transição. Segundo Grupioni (2006, p. 44), a prática adotada no bilinguismo de transição consistia em valorizar a língua indígena dentro do ambiente escolar com o intuito de efetivar o aprendizado da língua portuguesa e dos valores da cultura dominante. Nesse método bilíngue, a língua indígena era utilizada para traduzir palavras da língua portuguesa, proporcionando a passagem do monolinguismo em língua nativa para o monolinguismo em português, haja vista que, depois que o aprendizado do português fosse efetivado, a língua indígena não seria mais falada na escola. Esses modelos de ensino promoveram, em grande parte, o aniquilamento dos aspectos sociais das comunidades indígenas.

Essa educação escolar implantada no seio das comunidades indígenas, a princípio, não era propriamente indígena, mas para indígena, por isso Melià (1979 *apud* SIMAS; PEREIRA, 2010, p. 8) a denominou de educação não-indígena, visto que ela não atendia em nenhum sentido aos interesses dos povos indígenas em território brasileiro. Contudo, mesmo indo contra os interesses desses povos, tal educação foi a primeira experiência escolar dos povos indígenas, introduzindo a instituição escola no espaço indígena.

A educação não-indígena perdurou por quase cinco séculos, mesmo depois da formação do Brasil enquanto nação, o cenário educacional para indígenas não recebeu mudanças significativas. Somente em meados dos anos 70, com a reorganização de entidades da sociedade civil, é que o movimento indígena começa a tomar forma, buscando mecanismos de superação para a política integracionista do Estado brasileiro (ZOIA, 2010, p. 74). Essas entidades apoiaram as comunidades indígenas em diversas lutas, dentre essas destacamos a luta pela Educação Escolar Indígena específica e diferenciada.

A Educação Escolar Indígena diz respeito à escola projetada para os índios de acordo com as características próprias de cada povo. Esse novo modelo de escola surgiu pautado no paradigma do respeito ao pluralismo cultural e de valorização das identidades étnicas. De acordo com o RCNEI (1998, p. 24), ela deve ser comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada.

Comunitária, porque deve ser conduzida pela comunidade indígena. Essa tem autonomia para decidir quanto ao currículo, à administração, ao calendário escolar, à

pedagogia, aos objetivos, aos conteúdos, aos espaços e momentos disponíveis para a educação.

Intercultural, porque, além de manter sua alteridade sociocultural, deve também aprender a conviver com a cultura da sociedade envolvente, estabelecendo diálogos de modo que nenhuma cultura seja considerada superior a outra. Considerando essa situação, os currículos escolares devem ser planejados de modo a apoiar essa característica da escola indígena, incentivando o respeito ao próximo e afirmando a identidade indígena.

Bilíngue e/ou multilíngue, porque o Brasil é um país linguisticamente rico, ou seja, o português não é a única língua falada em nosso país, existem cerca de 180 línguas indígenas. Essas línguas nativas precisam ser consideradas no contexto nacional, sobretudo dentro das escolas indígenas onde as línguas indígenas não devem estar à sombra da língua portuguesa, mas devem ser praticadas na mesma proporção que o português, para que o ensino constitua bilíngue e para que o aluno indígena desenvolva competência linguística nos dois ou mais idiomas com os quais convive.

Específica e diferenciada, porque no Brasil o contexto é multiétnico, existe uma diversidade de povos, com línguas, costumes e crenças peculiares, o que nos impede de pensar os processos de ensino-aprendizagem da Educação Escolar Indígena de uma única forma. Ela precisa ser concebida e planejada como reflexo dos objetivos particulares de cada povo.

As características apresentadas no RCNEI (1998) para as escolas indígenas são garantidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996). Esse documento além de assegurar tais peculiaridades, também explicita as responsabilidades sobre a educação escolar indígena e diferencia a escola indígena das demais escolas dos sistemas destacando as particularidades que aquela deve ter.

Na atualidade a escola assumiu outro papel face aos indígenas; de algo historicamente imposto, a escola passou a ser reivindicada por comunidades indígenas, pois elas viram nessa instituição a possibilidade de construção de novos caminhos para se relacionarem e se posicionarem frente aos representantes da sociedade envolvente. A Educação Escolar Indígena tornou-se um dos meios de acesso a conhecimentos universais e de valorização e sistematização de saberes e conhecimentos tradicionais. Ela permite que tanto os saberes científicos valorizados pelas sociedades em geral quanto os saberes tradicionais valorizados pelos indígenas sejam objetos de estudo em escolas indígenas, provando que, apesar da educação

indígena e da Educação Escolar Indígena constituírem-se em modos diferentes de proceder a educação, elas não se opõem, antes complementam-se para atender aos anseios, interesses e necessidades dos povos indígenas.

A Educação Escolar Indígena que se tem hoje já avançou muito em termos de conquista, na execução das normatizações no cotidiano, porém, ainda há muitos impasses dificultando a implementação das novas práticas escolares. Segundo Grupioni (2006, p. 63) a falta de vontade política de setores governamentais continua sendo o principal impedimento para que os direitos conquistados na legislação se efetivem, transformando as escolas indígenas.

Na seção seguinte faremos um breve apanhado sobre os artigos constitucionais que asseguram direitos aos povos indígenas, explicitando sua cidadania.

3. De colonizados a cidadãos brasileiros

Logo que o Brasil se constituiu enquanto nação, a política educacional traçada pelo Estado brasileiro aos povos indígenas não foi diferente da política dos colonizadores europeus. A escola destinada aos povos indígenas continuou a missão colonizadora de “civilizar” tal como lhe foi atribuída pela Coroa Portuguesa, bem como seguiu com o mesmo objetivo de eliminar as diferenças, destituindo os grupos étnicos de suas línguas, culturas, religiões, tradições, saberes e métodos próprios de aprendizagem. Ou seja, os povos indígenas continuavam sendo colonizados, agora pela nação brasileira.

A Constituição brasileira de 1824, a primeira do país, ignorou a existência das sociedades indígenas e a diversidade étnica e cultural que compõe o povo desta nação. De acordo com Zoia (2010), no período Republicano pouco foi feito em relação aos povos indígenas. Somente nos anos 70 ocorreram algumas mudanças significativas em termos de educação escolar e direitos indígenas.

As mudanças no cenário educacional e civil indígena foram efetivadas em 1988 com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. A partir desse momento reconhece-se aos indígenas, no artigo 231 da Carta Magna, o direito à prática de suas formas culturais próprias. Era o fim de quase cinco séculos de política integracionista e assimiladora imposta, desde a colonização portuguesa, aos índios do Brasil com objetivo de unidade étnica e cultural da nação.

Outros artigos da Constituição também asseguram direitos aos povos indígenas. No artigo 210, apresenta-se como deve ser a educação escolar indígena e, no artigo

215, assegura-se e garante-se o direito à diferença e as especificidades étnico-culturais.

Os direitos conquistados pelos indígenas assegurados nos termos da lei, Constituição de 1988, são resultados da luta de diversos movimentos indígenas e organizações da sociedade civil pela defesa das identidades culturais específicas de cada povo indígena e por igualdade de direitos a índios e a não-índios.

A igualdade de direitos e afirmação das línguas, culturas e identidades indígenas já são garantidas por lei aos povos indígenas, mas, para serem efetivamente concretizadas, é preciso que todas as comunidades indígenas, sem exceção, usem a escola como uma ferramenta para sua luta. A escola indígena específica e diferenciada para os povos indígenas é uma verdadeira aliada, pois ela deixa de ser um dos principais veículos de assimilação e integração dos indígenas pela sociedade nacional para passar a ser um local de valorização desses povos.

Conclusão

Neste trabalho nos propusemos a distinguir a educação indígena e a Educação Escolar Indígena, mostrando que a primeira ocorre oralmente em todas as esferas da vida social dos povos indígenas, não cabendo em um único lugar, nem a uma única pessoa, tampouco a um momento da vida. Em outras palavras, a educação indígena não está restrita à sala de aula, à escola, ao professor e a uma dada faixa etária. A segunda, inicialmente apresentada aos indígenas como algo historicamente imposto e aniquiladora, porém, tem hoje características próprias que a tornam uma aliada para a luta dos povos indígenas por direitos ainda almejados. A Educação Escolar Indígena desejada por professores e por comunidades nativas deve ser comunitária, intercultural, bilíngue/multilíngue, específica e diferenciada.

Apesar de constituírem-se como processos diferentes de transmissão de conhecimentos, a educação indígena e a Educação Escolar Indígena não precisam estar de lados opostos, como se um modo de educar não pudesse complementar o outro. Muito pelo contrário, quando ambas se complementarem, ou seja, quando os conhecimentos transmitidos via tradição oral fizerem parte do currículo escolar, terá nascido uma Educação Escolar Indígena específica e diferenciada, pois tanto os saberes científicos valorizados pelas sociedades em geral quanto os saberes tradicionais valorizados pelos indígenas serão objetos de estudo em escolas indígenas.

Dessa forma, a escola construirá novos caminhos para se relacionarem e se posicionarem frente aos representantes da sociedade envolvente.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto / Secretaria de Educação Fundamental. *Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas*. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ibase. *Educação escolar indígena em Terra Brasilis*. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. *Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola - Caderno SECAD 3*. Brasília: MEC, 2007.

GRUPIONI, L. D. B. Contextualizando o campo da formação de professores indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.) *Formação de professores indígenas: repensando a trajetória*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006, p. 39-68. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001463/146327por.pdf>. Acesso em 15 set. 2010.

MANDULÃO, F. da S. Educação na visão do professor indígena. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Diversidade na Educação: reflexões e experiências*. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2003.

MOORE, D.; GALUCIO, A. V.; GABAS JR. N. O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas. *Scientific American Brasil - Amazônia (A floresta e o futuro)*, Brasil, n. 3, p. 36 - 43, 01 set. 2008. Disponível em: [http://prodoc.museudoindio.gov.br/down/O Desafio de Documentar e Preservar as Línguas Amazonia-revisada.pdf](http://prodoc.museudoindio.gov.br/down/O%20Desafio%20de%20Documentar%20e%20Preservar%20as%20Linguas%20Amazonia-revisada.pdf). Acesso em 20 mai. 2010.

RODRIGUES, A. *Línguas Brasileiras - Para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

_____. Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia. In: SIMÕES, M. do S. (Org.). *Sob o signo do Xingu*. 1. ed., v. 1, Belém, PA: UFPA, IFNOPAP, 2003, p. 37-51.

SIMAS, H. C. P.; PEREIRA, R. C. M. Desafios da Educação Escolar Indígena. *Revista Escrita*, Rio de Janeiro, n. 11, Ano 2010. Disponível em: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_escrita.php?strSecao=input0. Acesso em 25 ago. 2011.

ZOIA, A. A questão da educação indígena na legislação brasileira e a escola indígena. In: GRADO, B. S.; PASSOS, L. A. (Org.) *O eu e o outro na escola: contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola*. Cuiabá: EdUFMT, 2010, p. 67-86.